



casadesarmento

centro de estudos do património

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

AS PEDRAS FALAM. PORTUGAL VISTO DE GUIMARÃES. CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO NA NOITE DE 28 DE NOVEMBRO DE 1927.

CAMPOS, Agostinho de

Ano: 1927 | Número: 37

Como citar este documento:

CAMPOS, Agostinho de, As pedras falam. Portugal visto de Guimarães. Conferência pronunciada na Sociedade Martins Sarmento na noite de 28 de Novembro de 1927. *Revista de Guimarães*, 37 (4) Out.-Dez. 1927, p. 230-252.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

As pedras falam

Portugal visto de Guimarães

Conferência proferida na Sociedade Martins Sarmento
na noite de 28 de Novembro de 1927

Meus Senhores
Minhas Senhoras

Há poucos meses estive nesta formosa, activa, fidalga e — para mim, como para todo o Português que se preza — sagrada terra de Guimarães.

Foi a primeira vez que a vi com olhos de ver, porque só aqui tinha estado criança ainda, numa dessas idades inocentes em que as pedras ainda não falam connosco, nem nós com elas.

Pela vida adiante os homens e as coisas conversam, e tratam uns com outros de profundas matérias. Pode até dizer-se que os diálogos que o ser humano troca, pela vida adiante, com outros seres humanos, não teem tanta significação e profundeza, muitas vezes, como aquela eloquência só aparentemente muda ou calada, que lhe vem dos seres inanimados que o rodeiam e interessam.

A bem dizer, nem haverá seres inanimados; e até esta mesma expressão se contradiz nos seus dois tēr-

mos, porque o *ser* é essência, e a *alma*, ou *ánima*, é essência também. Tudo o que existe pode animar-se para nós, e nem importa saber se se anima por empréstimo que a nossa alma *lhe* faz, ou se as coisas ambientes teem uma alma sua, que nós apenas descobrimos ou despertamos em determinadas situações que nos são próprias.

Quando nascemos, choramos — primeira troca de impressões com o mundo em que acabamos de entrar, primeira conversa directa entre o homem e o ar respirável.

Depois, enquanto não aprendemos a falar, é muito difícil destringir qual seja verdadeiramente em nós o órgão da fala. Todos sabemos que a criancinha de meses se exprime com braços e pernas, e leva à bôca tudo o que alcançou com a mão. Falar e comer são, por enquanto, funções confundidas e indivisas. A vida que desponta não se distingue ainda da expressão.

Pouco a pouco vamos crescendo. Há já, para os nossos olhos, perspectiva no mundo; e esse mundo tão restrito, de que nós somos o centro, é para nós enorme, e fala-nos pelas suas mil bôcas.

As crianças, até cêrca dos 6 ou 8 anos, tranfiguram as coisas, dando-lhes vida e personalidade, da mesma maneira que os povos, na sua infância, atribuem aos elementos e aos fenómenos do mundo físico sentimentos e caracteres semelhantes aos dos homens, sômente mais poderosos e mais fortes.

A boneca vive, e fala com a menina que a veste e adormece como filha; o pau transforma-se em cavalo e a cadeira em automóvel, aos olhos do rapazinho que néles faz, convicto e feliz, as mais longas e acidentadas viagens. Tôdas as coisas vivem, se movem e falam, na imaginação daqueles cuja alma se entrelaça com a alma do mundo. Infante ainda, o Grego imaginoso ouvia falar o futuro no esvoaçar das aves, ou no marulho das ramagens dos carvalhos délficos.

Homens e povos crescem, quer dizer: atrofiam a imaginação para desenvolverem a razão. Então os homens pensam que sabem, ou pensam que pensam, e classificam e catalogam o mundo, e separam o vivo do inerte, e são doutores ou práticos, depositários da

sciência, amadores da realidade, desdenhosos da fantasia. Mas, basta que a inquietação, a dor, o amor, a saudade, a emoção artística — tôdas as formas ou estados de exaltação da alma — se apoderem dêles, para que a vida exuberante do espírito espiritualize o mundo que o rodeia, ou para que êste saia do seu mutismo e indiferença apenas aparentes.

Então começam a falar connosco (e não é preciso para isso sermões poetas) o luar ou o pôr do sol, as estrêlas ou o mar, as flores, as nuvens — e as próprias pequeninas coisas íntimas ou domésticas a que ligamos recordações ou esperanças. E, se somos educados e cultos, as tintas mortas postas numa tela, as linhas frias que um architecto proporcionou e juntou, os sons concertados ou fundidos por um músico — tudo isto nos diz mais e melhor do que tantas vozes humanas de que não ouvimos senão palavras vãs, resvaladiças pelo nosso espírito como a sombra pela água.

A Arte dá vida aos materiais onde o artista instilou a sua alma, e onde a nossa alma lê ou ouve o eco da inspiração que os animou. Mas, se a Arte consistisse apenas em dar à matéria inerte vida e voz, todos nós, a certas horas, seríamos artistas também.

Os jovens namorados conhecem bem a linguagem das flores e das estrêlas. Para êles teem tanta eloquência, talvez, como as conversas ou cartas que trocam, os mil objectos ligados à história, deleitosa ou inquieta, dos seus ingénuos amores. A mãe que perdeu um filho querido e lhe conserva intacto o quarto onde êle dormiu, estudou ou brincou, entende bem o falar saudoso, doce e amargo, das humildes coisas que o viram sorrir e viver. E os velhos, como eu, já compreendem melhor o silêncio dos cemitérios, do que as romarias alegres, onde mil vozes falam, riem ou cantam, proclamando mentirosamente que a vida não é um vale de lágrimas.

Ponhamos, porém, de parte todos estes estados sentimentais, quasi sempre depressivos e tristes. Observemos o homem no curso normal da vida corrente e prática. Escolhamos, para exemplo, uma profissão das mais calculadoras e uma carreira das mais técnicas. Suponhamos um moço engenheiro a quem pela pri-

meira vez incumbe auxiliar a construção de qualquer ponte ou estrada.

Anos seguidos êste matemático andou compulsando manuais ou tratados, e ouvindo atento as lições que lhe vinham da cátedra. A palavra humana, impressa ou falada, procurou adestrá-lo vagarosamente para a sua missão; mas ¿ quem ignora ou duvida que, pôsto em frente dos factos, a picareta, o guindaste, o torrão ou a pedra, o ferro ou o aço applicados, o ensinam melhor e lhe falam mais claro, em poucos instantes, do que em longos dias as palavras dos livros ou a voz dos mestres?

Da mesma maneira êste mundo adiantado em que vivemos, orgulhoso do seu progresso mecânico, desprezador de mitos e crenças, mundo científico, mundo prático, mundo realista e objectivo — materializou o espírito, negando as doutrinas da força vital e da independência da alma. E ¿ que fez êle, afinal, com tôda a sua razão materialista e a sua fé exclusiva na observação e na experiência? ¿ Que fez êle, materializando o espírito, senão espiritualizar a matéria?

Bem vemos como por aí se desenvolvem e alastram as doutrinas do espiritismo, que dão voz e fala às próprias mesas, e essa espécie de religião teosófica, persuadida de algum dia conseguir entender, por meio de práticas ou fórmulas mágicas, a voz misteriosa das coisas.

Mas a voz misteriosa das coisas chega-nos mais imprevisivelmente viva e forte, por intermédio da própria sciência e dos seus achados mecânicos. Agora o vento, a chuva, a nuvem, impregnados de eflúvios eléctricos, levam de nação a nação e de hemisfério a hemisfério, com a telefonia sem fio, os sons falados, cantados ou tocados a milhares e milhares de léguas; e no disco de vulcanite fica-nos guardada, e sempre pronta a reviver, graças ao mecanismo do fonógrafo, a polifonia de orquestras já dispersas, ou a voz de cantores mortos e calados há muito.

As coisas falam — e dizem muitas coisas. Tudo nos fala, desde as estrêlas até às pedras. E, já que falei das estrêlas que falam, seja-me permitido recordar a êste culto auditório o soneto famoso de um dos

maiores poetas de língua portuguesa, o brasileiro Olavo Bilac.

O U V I R E S T R E L A S

«Ora... (dizeis) ouvir estrêlas! Certo perdeste o senso!» — E eu vos direi, no entanto, que, para ouvi-las muita vez desperto e abro as janelas, pálido de espanto...

E conversamos tôda a noite, enquanto a Via Láctea, como um pálio aberto, scintila. E ao vir do sol, saudoso e em pranto inda as procuro pelo céu deserto.

Dizeis agora : — «Tresloucado amigo!
¿ Que conversas com elas ? ¿ Que sentido tem o que dizem quando estão contigo ?»

E eu vos direi : — «Amai, para entendê-las!
Pois só quem ama pode ter ouvido capaz de ouvir, e de entender estrêlas.»

Se só quem ama pode ter o ouvido capaz de ouvir e de entender estrêlas, para ouvir e entender as pedras é preciso, não só amar — amar o passado, amar a tradição, amar a nacionalidade, amar a Pátria acima de tôdas as coisas e até de tôdas as pessoas, mas é preciso também ter estudado, ter pensado e ter vivido.

Por isso é que, vindo a Guimarães criança ainda, não ouvi nem entendi as vossas pedras. Mas agora oiço-as, entendo-as, e, do muito que elas me dizem, não são mais do que o eco apagado estas pobres palavras que vos venho dizer.

Palavras, leva-as o vento — diz um provérbio. E eu direi que as palavras que o vento menos leva, são as que nos dizem as pedras que estão ao vento.

Quantas brisas, quantas ventanias, quantas tempestades não teem bafejado ou chicoteado as pedras do vosso castelo, e vêde se a linguagem delas se calou, ou se, pelo contrário, não é cada vez mais forte, cada vez mais retumbante, cada vez mais solene, a voz com

que essas pedras vos dizem e nos dizem : *Aqui nasceu Portugal!*

Essa voz é cada vez mais forte e cada vez mais solene, porque estamos vivendo numa época incerta, em que a Portugal tem faltado, desgraçadamente, os instintos colectivos, as virtudes cívicas e os laços de coesão patriótica, que há oito séculos o fizeram nascer. Esses instintos, essas virtudes, êsses laços, actuaram juntos, no século XII, como irresistíveis forças da natureza, derrubando no seu caminho triunfante tôda a probabilidade e tôda a lógica, e produzindo este fenómeno histórico, difficilimo de explicar ainda hoje, da fundação de uma pequena nacionalidade independente, contra a tendência e a evolução peninsular daquele tempo. O nosso pequeníssimo Portugal germinou e nasceu, quando todo o resto da grande Espanha cristã, e ainda uma parte da França, se ia conglobando sob o poder de um só homem, o venturoso Afonso VII, de Leão.

Este facto é tão extraordinário, que fêz dizer ao pausado e objectivo Herculano, tão desejoso e tão capaz de fazer calar o coração, para escrever a História fria e scientificamente :

«Sem a menor sombra de vaidade nacional, parece-nos licito dizer que o esforço e a constância dos Portugueses e do seu Príncipe, nesta conjuntura, são um dos mais belos exemplos daquela energia moral de que tão rica era a Idade Média...»

Pois daquela energia moral, de que tão rica era a Idade Média, podemos dizer que eram riquíssimos — milionários até — os portugueses que, na Idade Média enérgica e contra a vontade do enérgico e medieval Afonso VII, ou das correntes contrárias que nêle convergiam e entestavam, quizeram e puderam consumir o milagre da independência de Portugal.

Essa energia moral é uma grande lição para nós, Portugueses de hoje, e tanto mais oportuna, quando é certo que da sua falta soffremos e perigamos, não porque devamos esperar o aparecimento gratuito de heróis onde tal energia se acumule por nossa conta e em nosso benefício barato, mas, ao contrário, porque, faltando ela em nós próprios, impossivel nos é produzir os heróis que nós — messiânicos, fatalistas, inertes, moralmente

fracos — de balde andamos e andaremos esperando, desejando e procurando.

Os heróis são o resumo, o índice, a essência e o prémio, dos povos fortes. E, aos povos fracos ou enfraquecidos, pode lançar-se a débito uma conta incalculável de energias individuais latentes ou patentes, que a fraqueza moral colectiva anulou, ou não deixou germinar, emergir e crescer, do seu *humus* empobrecido e baldio.

E (entre parêntesis) esta nobre cidade de Guimarães sabe bem, pela recordação de factos contemporâneos ou quási, como Portugal abafou e matou moralmente, na fôrça da vida, um homem de alto valor e de rara energia, que ela estimou e acompanhou, e que noutro país mais vivo teria sido compreendido, defendido, e aproveitado até o último sôpro duma existência longa e fecunda em benefícios comuns.

Na sua austera eloquência dizem-me as pedras do vosso castelo que êste ano de 1927 (em que me destes a honra de querer que viesse falar-vos) é justamente aquele em que se perfazem oito séculos, depois que Afonso VII de Leão pôs cêrco a Guimarães, e em que, no entender de Herculano, o imortal Egas Moniz praticou a sua sublime façanha de lealdade cavalheiresca.

A' volta dêsse remoto ano cíclico de 1127 acumulam-se os episódios e sucessos que marcam o nascimento de uma das mais antigas, mais expansivas e mais firmes, embora mais pequenas nacionalidades da Europa de hoje.

Se, para entenderdes como isto foi, procurardes a história nos livros, a breve trecho vos debatereis, desesperados de confusos, numa rêde inextricável de interesses de indivíduos ou grupos, de nascimentos ou mortes fortuitas, de paixões ou intrigas, de capitulações e perjúrios, de traições ou escândalos, de heroísmos e misérias, de arrependimentos e reincidências, de avanços loucos e recuos indignos, entre barões, condes, prelados, valis, emires, infantas, príncipes, rainhas e reis. Cada historiador vos dará um retrato psicológico diferente ou contraditório, favorecido ou cruel, de tal ou tal herói que as velhas crónicas (peneiras sempre muito hierárquicas) separaram da poeira dos factos.

E a sensação que fica da leitura histórica é a de se estar perdido num manicómio que é ao mesmo tempo labirinto escuro, donde não há saída para a luz da verdade e da razão.

Se, porém, olharmos para o monte glorioso donde o vosso castelo se ergue como testemunha ocular do nascimento de uma nação, veremos facilmente, — com o nosso olhar retrospectivo — um ninho de aves posantes, e nêle um ovo de dentro do qual a águiazinha que quer nascer (e há-de nascer) está dando as suas bicadas.

Então sentiremos latejar e irromper, triunfante e simples, elementar e clara, a vida verdadeira, a vida immortal, a vida que flui como rio sem nascentes nem margens, das profundezas do infinito e da eternidade, daquele imenso abismo que só Deus pode encher e compreender, e onde os homens, coitados!, deitam em vão as suas gotazinhas de plasma, ou as suas insignificantes poeiras de nebulosa. Então desaparecem dos nossos olhos os reis e os barões, com as suas existências complicadas e dispartadas, e surge diante de nós a vida simples mas certa, anónima e amorfa, mas indomável ou irripimível, de um povo de quem os pergaminhos não falam, mas onde elèctricamente latejava a vontade, a *energia moral*, de nascer e de viver. Então compreendeis ou sentis como Portugal conseguiu ser Portugal, quando à volta era tudo contra êle: Leão a leste, o Moiro ao sul, e ao norte a Galiza, a quem se pode dizer que competia, pela importância enorme do santuário de Compostela (2.^a Roma católica), vir a ser na Península o fulcro ou centro da dissidência ocidental. O mais que a Galiza conseguiu, ajudada por Leão, e apesar dos prestígios e avanço que tinha sôbre as povoações nascentes, as cidades humildes e os campos talados de Portugal — foi desviar para o sul o impulso vital que os Portugueses tinham na alma para serem, contra tudo e contra todos, donos da pequena casa que mal possuíam ainda, alargada mais tarde com fachadas e serventias por todo o mundo.

Esse impulso vital dos portugueses anónimos sente-se palpitar e dominar, ainda através do personalismo das crónicas. Já durante o govêrno do conde D. Henrique os barões portugueses, formando um grupo dife-

renciado é compacto, consideravam estrangeiros os de Galiza e outros distritos contíguos. ¿ Que significa isto, senão que por detrás ou a roda dêles borbulhava o fervor de um povo, ou de uma nação a formar-se ?

O Conde borgonhês, estranho e adventício, depressa se transformou, portanto, em bandeira simbólica do pensamento ou da vontade de uma geração unida e forte. Mais tarde, quando D. Teresa, já viúva, compareceu nas côrtes de Oviedo para se reconciliar com a irmã, nem um só dos grandes senhores de Portugal acedeu a acompanhá-la até lá. Isto mostra bem como, mais forte que a vontade dos príncipes e indiferente às disputas pessoais que os afastavam ou uniam caprichosamente, existia a vontade colectiva, geradora da verdadeira História, e sem a qual os chefes visíveis e nomeados pouco mais fariam do que dar assuntos à tragédia ou à ópera.

Os golpes que D. Afonso Henriques vibrava eram tremendos — está claro ; mas não esqueçamos que no período mais crítico da geração do novo reino (quando a sua parte norte actual se ia separando de Leão) aquele grande príncipe era ainda criança inexperiente, posta como pendão à frente de um escol de fidalgos unidos e concordes. Depois, adulto e formidável, os seus cometimentos de guerrilheiro sem igual, não poderiam compreender-se nem manter-se sem a adesão, entusiástica de multidões numerosas, e bem fincadas na tensão aguda de um só pensar e um só querer.

A ressonância dos nomes do conde D. Henriqué, de D. Tareja, de Fernão Peres de Trava, do próprio D. Afonso Henriques, vem-lhes da vibração de muitas almas que ficaram sem eco na posteridade, mas de cuja quantidade e energia podemos fazer ideia pelos nomes, que até nós chegaram, de alguns poucos barões assinalados : o arcebispo de Braga, D. Paio Mendes da Maia ; seu irmão Sueiro Mendes, *o grosso* ; Egas Moniz, Ermígio Moniz, Sancho Nunes, Garcia Soares — tudo isto eram condutores de homens, mas de homens que sabiam ou sentiam muito bem para onde queriam que os levassem.

Conduzia-os, verdadeiramente, um ideal e uma vontade comum. E o que era essa vontade colectiva, e como estava formada, podemos vê-lo todos pelo

discurso que Duarte Galvão põe na bôca do conde D. Henrique, no momento em que êste, agonizante já em Zamora, chama o filho D. Afonso Henriques, para ditar-lhe o seu testamento político. Esse discurso é certamente apócrifo, além de tudo porque não serviria de nada falar assim a uma criança de dois ou três anos, idade em que andava o nosso rei primeiro, quando o pai foi dar contas a Deus.

No entanto, Duarte Galvão não inventou essa fala: encontrou-a nas *Crônicas breves* do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, as quais, embora escritas no século XV e adoptando já a forma eloqüente da história à maneira de Tácito, se baseiam de-certo em tradições ou documentos antiqüíssimos já desaparecidos, porque o que nesta parte dizem em estilo oratório, vem marcado com o cunho autêntico da política peninsular dos séculos XI e XII.

«Filho (dizia o conde moribundo) Filho: toma esforço no meu coração! Tôda a terra que eu leixo, que é de Estorga até Leão, nom percas dela nenhuma cousa, câ eu a tomei com muito trabalho. Filho, toma esforço no meu coração, e sê semelhável a mim, e sê companheiro aos fidalgos, e dá-lhes todos seus direitos aos concelhos; faze-lhes honra, e faze de guisa que todos hajam direito, assim os grandes como os pequenos... E porém, meu filho, sempre em teu coração ama justiça, câ o dia que a leixares de fazer um palmo, logo o outro dia ela se afastará de ti uma braça!»

Constitui êste discurso um resumido tratado do *Príncipe* ou do *Góverno*, um comprimido de direito político ou de sociologia prática, o qual, traduzido em têrmos modernos, pode resumir-se ainda mais em meia dúzia de palavras, daquelas a que os nossos ouvidos andam mais afeitos, mas de cujo sentido profundo tão distante se tem mostrado — ai de nós! — a alma colectiva do Portugal do nosso tempo.

Traduzamos, pois, passo a passo, o programa político da fundação de Portugal:

Toda a terra que eu leixo, nom percas dela nenhuma cousa, câ eu a tomei com muito trabalho. Em português de hoje: *Defesa e diligente conservação do património nacional herdado.*

Filho: toma esforço no meu coração e sempre no

teu coração ama justiça. Quer dizer: Governo enérgico, mas justo.

Sê semelhável a mim e sê companheiro aos fidalgos. Isto é: Consubstanciação da autoridade superior com as forças orgânicas da nação; formação e aproveitamento do que hoje chamamos «competências», ou «elites».

Dá-lhes todos seus direitos aos concelhos e faze-lhes honra. Tanto monta dizer: Respeito e robustecimento das autonomias locais.

Estes eram os meios que o pai moribundo aconselhava a seu filho. O fim, o objectivo, estava implícito: firmar e engrandecer a colectividade nascente, para o que todos — príncipe, barões, prelados, povo — se encontravam unidos numa vontade única, sem a ideia ou o desejo de contestarem ou substituírem a forma de governo supremo que a política feudal e dinástica lhes dera e a hereditariedade se encarregaria de continuar automaticamente.

*

Desviemos agora a atenção das velhas pedras portuguesas, que foram conversando connosco até aqui, e consideremos um pouco o espectáculo que nos teem oferecido os Portugueses do nosso tempo.

Não existe entre elles unidade de pensamento sôbre a maneira de organizar o próprio Estado. Há republicanos e monárquicos, socialistas, comunistas, anarquistas. E dentro de cada uma destas igrejas competem ainda, e bulham, variadas heresias.

Do esmigalhamento de opiniões, teorias ou crenças, vem a perda de tempo, de tranquillidade, e da energia necessária para a verdadeira actividade social, económica ou cívica. A nação dá ideia de uma casa comercial cujos chefes ou sócios, em vez de trabalharem no negócio, andassem aos pontapés uns aos outros, por discordância sôbre o nome mais bonito para a loja.

Batem-se uns homens por palavras vazias e mágicas, amuletos políticos verbais, fórmulas-feitiços, talismãs formados com o sufixo *ismo* (radicalismo, socialismo, integralismo) sem se lembrarem que a educação e a moral dos homens é que dá tom às insti-

tuições; que estas se podem falsear e desmentir ao mesmo tempo que se pregam; que a monarquia é tão eficaz na Holanda como a república na Suíça; e que, quando os cidadãos não prestam, ou não existem, tanto vale a república dos vadios, como a monarquia dos janotas, ou o socialismo dos parvos. Mas, enquanto uns homens se batem por palavras, outros, menos ingénuos, vão pescando nas águas turvas o prémio da sua manha, da sua incompetência e da sua falta de escrúpulos.

Baixa assim o nível moral colectivo. Desaparece todo o alto e disciplinado pensamento nacional. O património comum desbarata-se ou periga. Foge da terra agitada o capital pela janela, e entra pela porta a miséria. O velho rico empobreceu, porque lhe expropriaram as casas, ou desvalorizaram os títulos em que de antes empregava o seu dinheiro. O novo rico empobreceu de novo, porque a jogatina leva hoje o que ontem trouxera. Mais de metade da receita pública esvaiu-se em pensões e prebendas. As estradas herdadas do Constitucionalismo foram engolidas pelo parasitismo, de modo que quem quiser percorrer de automóvel o pinturesco Portugal, tem de passear dentro das barrigas de mil e mil funcionários inúteis. E estes mesmos tornam impossível a solução do problema do trânsito nas grandes cidades, porque, não tendo repartições onde dormir, estão parados o dia inteiro nos passeios de ruas e praças. Além de espalhar a avareza, a inveja, a ira, a gula e a luxúria, esta política louca e suicida instaurou como virtude cívica o pecado mortal da preguiça.

Entretanto afligem-se alguns patriotas com a ideia da perda das colónias — receio aliás bem fundado, porque a nossa administração ultramarina tem consistido em mandar para a África os empregados públicos que já não cabem no Rossio ou na rua do Ouro, e em chamar para as possessões portuguesas capital inglês, enquanto o capital português, por culpa da política louca e suicida, coloniza os bancos ingleses.

Existe uma grande e complicada máquina, a que se costuma chamar a *Instrução Pública*. Nominalmente êste vasto aparelho destina-se a instruir e educar o povo, criar braços adestrados para as indústrias, pre-

parar colonos, formar capatazes de trabalho rural ou officinal, dar cultura geral e desenvolver o carácter da mocidade das classes médias, produzir as competências superiores que hão-de governar a nação na política, na sciência especulativa ou applicada, nas letras e artes, na organização financeira e económica, no magistério de todos os graus. Não é segrêdo para ninguém que êste maquinismo funciona mal, porque não diminui o analfabetismo do povo, nem cria nas camadas superiores o equilibrio fecundo entre um idealismo disciplinado e uma competência prática e activa. E a prova é que nos temos debatido no definhamento económico e na anarquia moral, intellectual e social. Se exceptuarmos a excelência literária, privilégio secular da nossa raça, e o inegável progresso da erudição arqueológica ou histórica, todos os outros objectivos da Instrução Pública se malogram lamentavelmente. O estado de atraso, de pobreza, de indisciplina, de satelitismo scientifico ou técnico, em que se encontra o País em face de outros — são testemunhos irrecusáveis da falência do ensino official.

E eis-nos agora prisioneiros daquele círculo vicioso, dentro do qual uns dizem: dai-nos boa política, que eu vos darei boa instrução; e outros contestam: dai-nos boa instrução, que eu vos darei boa política.

Dêste círculo vicioso só saïremos no dia em que as palavras do conde D. Henrique repercutam fundo na consciência nacional: *Dá-lhes todos seus direitos aos concelhos e fazes-lhe honra, meu filho.* A educação é o mais delicado dos serviços públicos, e o Estado absorvente e centralizador, o Estado pôlvo ou sangue-suga, incompetente para administrar, é-o mais ainda para educar. O Estado encarta milhares e milhares de mestres, e deixa-os entregues a si próprios. Se são bons e honestos, se se concentram e dedicam, prejudicam-se materialmente e sentem-se vegetar na ingratidão e na injustiça; se são desajeitados ou cábulas, se se dispersam e distraem do ensino para mais lucrarem, nenhuma sanção os corrige, estimula, ameaça ou castiga.

Algum dia os serviços da educação nacional hão-de ser descentralizados, como é preciso, para se incumbirem ao zêlo e vigilância das localidades e das grandes

corporações, regeneradas e despertadas para a defesa dos seus interesses, e a compreensão dos seus deveres. Os próprios pais e as próprias famílias chegarão a descobrir que a sciência vale mais que o diploma e hão-de associar-se para fundar escolas onde os filhos fiquem entregues a quem os guie para mais digno e patriótico destino que o de futuros parasitas do comum. Então não haverá duas faculdades de Direito na terra onde, quando havia só uma, Guerra Junqueiro, e nós com êle, a achávamos mais que bastante para bacharelar tôda a gente; nem três faculdades de Letras no país onde as letras não podem dar a ninguém a faculdade de viver só delas.

Mas êsse tempo ainda vem longe. Para que êle chegue, é preciso que primeiro se forme e se mantenha, alheio a tôda a política de partidos ou de fórmulas, a todo o impulso bárbaro de lutas pessoais e de tiroteio nas ruas, um grupo numeroso de pensadores idealistas e de apóstolos de civismo.

Enquanto esperamos por essa era de renovação mental apostólica, tenhamos bem em vista, para não cairmos em pessimismo, que a crise moral, intelectual e pedagógica não é só portuguesa, mas mundial.

Por tôda a parte a moral declinou, como é sabido, e a própria intelligência humana parece fraquejar ou decaír. Atribuem-se em parte estes fenómenos ao abalo tremendo da última guerra, e lá fora está-se deitando a maior culpa da decadência intelectual do mundo ao enorme progresso mecânico, característico da vida actual.

Na minha humilde opinião o que se passa é apenas o seguinte: a intelligência política dos homens não acompanhou os efeitos da sua intelligência técnica. A técnica complicou enormemente o mundo moderno, e é preciso inventar novas fórmulas políticas para governar um mundo tão complicado.

São indiscutivelmente grandes, quasi diríamos ilimitadas, as possibilidades de cultura, de elevação moral e intelectual do género humano, que estão implícitas nas vitórias actuais do maquinismo.

Foi êste quem tornou possíveis os salários altos e a diminuição das horas de trabalho, libertando o operário de muitas fainas ingratas. Graças ao maqui-

nismo, o homem vulgar está gozando agora de ócios e facilidades, com que os seus antecessores nem sequer ousavam sonhar. O trabalhador de hoje, na América do Norte sobretudo, vive num pé de conforto que ao trabalhador de há cem anos pareceria principesco. Excelente por si própria, esta prosperidade é ainda melhor pelo que permite amplamente, como meio de adquirir ilustração e elevar os interesses espirituais. Mais rápidas e mais baratas, as viagens deixaram de ser privilégio dos ricos. A maioria dos homens e das mulheres já não é forçada, como de antes, a viver e morrer onde nasceu; uns e outros deixaram de ter como universo o círculo natal ou familiar, para além do qual se esfumava o desconhecido. Sob a forma dos transportes modernos, o maquinismo assegura assim a quantidades cada vez maiores de seres humanos formas novas de educação liberal. Do progresso mecânico resultou o poder enormíssimo da Imprensa, que agora espalha em proporções nunca vistas as notícias e as ideias. Por processos de reprodução quasi perfeita e muito barata são postos a alcance de toda a gente as mais belas obras-primas plásticas. O gramofone produz a melhor música vocal ou instrumental com exactidão cada vez maior e mais viva, ao passo que o cinema pode meter pelos olhos dentro, nas povoações mais humildes e remotas, as mais úteis lições de verdade, justiça e beleza.

Mas, as possibilidades de vida superior que todas estas conquistas encerram, não se realizam nem aproveitam em parte nenhuma. Em vez disso, as multidões deseducam-se, futilizam-se e enlodam-se na matéria.

¿ De quem a culpa, senão do desnível entre a inteligência técnica e a inteligência política? E ¿ que atitude deve tomar a razão contemplativa ou especulativa, em face de tal fenómeno? ¿ Cruzar os braços, admitindo que o melhoramento material do mundo traz consigo, irremediavelmente, a sua decadência moral? ¿ Ou, com optimismo e com fé, supor que este contraste entre os dois aspectos da vida moderna é cousa transitória, e que o que falta é que a política ombreie com a técnica, e a domine, e, dominando-a, governe, isto é, dirija os homens para o bem e para o alto?

Dotados de instrumentos de cultura adiantados

e perfeitos como nunca houve, um grande número de seres humanos não sentem a necessidade de cultivar-se, nem os atrai uma vida intelectual ou moral mais elevada. Contentam-se com prazeres físicos, com distrações vulgaríssimas, e não podem já suportar a solidão contemplativa e estudiosa. Na América do Norte mais que em parte alguma, a vida urbana de hoje, com as suas charangas e danças negras, seus cinemas romanescos, seus desafios de sôco ou bola-pé — é o ideal da gente baixa ou média. Mais ócios, mais prosperidade e mais progresso, significam para ela mais dança, mais divertimento, mais rodopio — e mais nada. «Entregue a si própria (diz um pensador inglês), a natureza humana abandona-se ao menor esforço cerebral; e é justamente esta má tendência que o mecanismo acentua».

«Entregue a si própria» quer dizer exactamente o que dizíamos: quer dizer que a natureza humana, e portanto os homens, e portanto o mundo, vogam sem governo e sem rumo. E em verdade é preciso acrescentar, para sermos justos, que esta falta de direcção moral e intelectual só é imputável à democracia por uma razão de sincronismo: por ser ela o sistema de governo que predomina neste mundo transformado. ¿Transformado por ela própria? Talvez. O que porém é certo é que, se soube transformar o mundo, não o está sabendo encaminhar. E as felicitações que mereça por haver dado aos homens novos recursos, tem de ser adiadas até quando a democracia saiba e possa ensinar os homens a aplicar êsses recursos em profundo e elevado benefício dêles próprios.

Ensinar os homens, guiá-los, melhorá-los, defendê-los contra si mesmos, é função de vários órgãos, ou resultante de várias forças, de natureza moral. Religião, educação, literatura, política, parecem ser os principais. Se a influência moral das religiões diminui, e se a democracia, baseada na Razão, hostil aos misticismos e às crenças, entende prescindir dêsses impulsos ou travões, dobrado motivo há para que ela aperfeiçoe, e ajuste às necessidades novas, os seus velhos órgãos pedagógicos e políticos. Tais como hoje funcionam, a política, nas próprias nações menos mal governadas, assemelha-se a um vestido infantil, já curto de mais para um mundo adulto; e a escola actual, a melhor

delas, (pobrezita!) parecê-nos a tartaruga da virtude, esforçando-se em vão por alcançar na carreira a lebre de todos os vícios.

Mr. John Rockefeller Jr., o milionário americano benfeitor de tantas universidades e outros institutos de cultura, defendia há pouco, em discurso proferido num banquete universitário em Providence (Rhode Island), a conveniência ou oportunidade de se elevar o preço das matrículas escolares, forçando os estudantes ou as suas famílias a pagarem às universidades e colégios mais dinheiro do que até aqui. «Já não há razão (dizia êle) para que os colégios e universidades americanas recebam anualmente 70 milhões de dólares, e gastem 140» (perto de três milhões de contos da nossa moeda). «Primitivamente estes institutos (continua Rockefeller) tinham em vista preparar os moços para o sacerdócio religioso, para o magistério, ou para outras carreiras que interessavam mais à comunidade, do que àqueles que as exerciam. Mas agora passa se o contrário. Agora a maioria dos estudantes procura os colégios universitários para fazerem vida de prazer (*for a good time*), ou por motivos de luxo pessoal, ou para ganharem depois mais dinheiro».

Assim falou Rockefeller. E o espírito que êle nota nos actuais estudantes americanos é também, como sabeis, o mesmo que se manifesta em grande parte dos escolares ingleses, que vão para Eton, Oxford ou Cambridge, sem objectivo intelectual ou moral definido, e antes com o fim de passarem uns anos agradáveis, saboreando os prazeres da vida em comum, do exercício físico e da boa companhia. O aperfeiçoamento da cultura é, para êsses rapazes, simples «hors d'œuvre», ou condimento ingerido na dose que êles próprios graduam, quer dizer: na menor proporção possível.

E assim, logicamente, se a vida se considera como divertimento e prazer, é natural que a escola esteja sendo a preparação para uma existência fútil, egoísta e material. Mas é natural, também, que as necessárias reacções se produzam, e certo é que já se vão desenhando, mais claras talvez na própria América do que em nenhuma outra parte.

Diplomatas e políticos, reünidos em Genebra, procuram, muito sérios, a vacina internacional contra a

Guerra. E nem por um instante parece afligi-los o facto de que, por tōda a parte, o homem se esteja educando, na futilidade e no prazer, não para irmão, mas para lobo do homem.

As condições de abnegação, de contemplação espiritualista, de equilibrio nervoso, de saúde moral e mental, de modéstia e idealismo cívico, necessárias para se constituir socialmente uma nação em paz e em ordem, só interessam de modo longínquo, — se é que interessam — àqueles que a miopia política delega ao arcêpago suíço, para constituírem as nações tōdas em sociedade ordenada e pacífica.

Mas a revolta dos moralistas já começou e a seu tempo dará fruto. O que é preciso é pôr bem o problema, partindo do principio de que, se o maquinismo, como alguns pretendem, cretiniza os homens, a sua acção é pleonástica. Os homens dispensam perfeitamente a máquina, para serem o que são. E o mundo não se salvará pela intelectualidade dos homens, senão pelo que neles possa e queira semear-se de valores morais positivos.

*

Depois desta digressão que acabais de fazer pelo mundo, com tão má guia como eu, voltemos a ouvir de novo as vossas pedras. E notaremos talvez que, melhor do que o que elas nos dizem, será ainda o que nos deixam sonhar.

Quando nos fins do século XV, depois da façanha de Bartolomeu Dias, se trocou um nome geográfico significativo de pavores e perigos, por outro que permitia as melhores perspectivas e ambições, não era essa já a primeira vez que um Cabo das Tormentas se mudava — para nós, Portugueses — em Cabo da Boa Esperança.

Atentando bem no acidentado caminho de oito séculos que temos percorrido na História; meditando na consistência de uma vida nacional tanta vez ameaçada de perigos e triunfante, afinal, de todos êles; recordando aquela velha frase, meio reconfortante e meio cínica, segundo a qual a nação portuguesa *está condenada à independência* — poderemos perguntar se

não somos, por privilégio raro e até milagroso, um povo que, de nascença, foi predestinado a encontrar, nas piores tormentas, um ancoradouro de esperanças.

Se há (como se diz e parece certo) um fundo de verdade em tôdas as lendas, consideremos agora aquela que se urdiu em tórno do nascimento do nosso primeiro rei.

Figuramo-nos D. Afonso Henriques como invencível colosso, que brandia com uma só mão um montante pesadíssimo, e cuja robustez e fôrça hercúlea era o melhor elemento da coragem com que, à frente de grupos reduzidos em número, acometia de surpresa as cidadelas mouras ou leonesas.

No entanto diz a Crónica que êsse valentíssimo guerrilheiro nasceu defeituoso ou aleijado, tão encolhido de pernas, que todos cuidavam que não poderia ser são delas. Quando Egas Moniz soube que a rainha D. Teresa dera à luz um príncipe, cavalgou a pressa e veio a Guimarães, onde o conde D. Henrique estava, e pediu-lhe por mercê que lhe desse o filho, para êle, Egas, o criar, como aliás pedira ao Conde, logo que êste se casou. O Conde lhe respondeu (diz o cronista) que não quisesse tomar tal cargo, porque o filho que Deus lhe dera nascera, pelos seus pecados, tolhido de maneira que todos pensavam que nunca guareceria, nem seria para homem. D. Egas, quando isto ouviu, pesou-lhe muito, e disse: — Senhor, antes cuido que por meus, e não-vossos pecados, aconteceu isto. Mas, pois a Deus aprouve de tal ser minha ventura, dai-me todavia vosso filho, quejando quer que seja.

E o Conde, pôsto que tivesse grande pejo, (pelo bem que a D. Egas queria) de o encarregar de semelhante criação, por caso da aleijão da criança, contudo lha deu, por comprazer. E quando Egas Moniz viu a criatura tão freiosa e com tal aleijão, houve mui gram dó dela; e, confiando em que Deus lhe poderia dar saúde, a tomou e fêz criar, não com menos amor e cuidado como se fôra muito sã.

E jazendo D. Egas uma noite dormindo, sendo já o menino de cinco anos, lhe apareceu Nossa Senhora, e disse: — D. Egas, dormes?

E êle, a esta visão e voz acordando, respondeu: — Senhora, quem sois vós?

E ela disse :

— Eu sou a Virgem Maria, que te mando que vás a um tal lugar (dando-lhe logo os sinais dêle), e fazes aí cavar, e acharás aí uma igreja que em outro tempo foi começada em meu nome, e uma imagem minha. Farás correger a igreja e a imagem feita à minha honra ; e, isto feito, farás aí vigilia, poendo o menino que crias sôbre o altar ; e sabe que guarecerá, e será são de todo. E não menos te trabalha daí avante de o bem criar e guardar, porque Meu Filho (Jesus) quer por êle destruir muitos inimigos da Fé.

Desaparecida esta visão, ficou Dom Egas mui consolado e alegre, como vassalo que, com são e verdadeiro amor, amava a seu senhor e suas cousas. E, tanto que foi manhã, levantou-se logo, e foi-se com gente àquele lugar que lhe fôra dito ; e, mandando aí cavar, achou aquela igreja e imagem, poendo em obra tôdalas cousas que lhe Nossa Senhora mandara. A' qual aprouve, por sua santa piedade e tanto que o menino foi pôsto sôbre o altar, ser logo guarecido e são das pernas de tôda a aleijão, como se nunca nada dela tivera.

Vendo D. Egas êste tamanho prazer, deu muitos louvores a Deus e à Senhora Sua Madre, criando e guardando daí avante com muito maior cuidado o menino, cujo aio foi sempre.

...E por causa dêste milagre foi depois feito em esta igreja, com muita devoção, o mosteiro de Cárcquere...»

*

E aqui tendes como, de uma criança aleijada, nos cresceu e medrou o herói robustíssimo, e idóneo para, na hora própria, exprimir com os seus nervos e músculos, a vontade indomável e a energia moral dos Portugueses do século XII.

Mas, dir-me heis : agora já não há milagres. E eu creio que vos enganais, e que há sempre milagres, se por tal palavra se entende aquilo que os olhos vêem, que a observação e a experiência confirmam, que a realidade põe diante de nós tangível e palpável, mas que a razão, entretanto, não consegue explicar clara e completamente.

Dois factos contemporâneos, e a todos os respeitos

bem próximos de nós, podem servir de exemplos ou provas de que a boa esperança em novo prodígio não é descabida em todos aqueles que muito amam Portugal, e desejam do íntimo d'alma que êle dobre algum dia o actual Cabo Tormentoso.

E' bem possível que algum de vós tenha estudado e conseguido compreender e abarcar com a intelligência o que foi e como foi a vitória do Marne, em Setembro de 1914. Certo é que muitos (e daqueles mesmos que na batalha tomaram parte) desde logo lhe chamaram *o milagre do Marne*. E depois disso já vieram depor sobre êsse facto capital da última guerra todos os generais participantes, e muitos outros especialistas e técnicos militares, sem que as suas explicações consigam convencer-nos de que o resultado se deve a tal ou tal êrro do comando alemão, a tal ou tal intervenção ou decisão genial dos aliados. Tôda a explicação natural e objectiva se escapa ao nosso raciocínio, e quanto mais se estuda, e se lê, e medita, mais se convence a gente da verdade daquele dito antigo e na aparência paradoxal: nunca ninguém conseguiu explicar suficientemente porque e como se perde ou se ganha, uma grande batalha.

O outro facto que eu queria aduzir a propósito — fenómeno colectivo tão próximo de nós no espaço que é vizinho de porta com porta — consiste na actual prosperidade da Espanha. Essa prosperidade actual é acompanhada de uma revivescência de energias nacionais que estão fazendo, do país vizinho e irmão, uma das potências mais activas e ricas, e com certeza a mais ordenada, equilibrada e ordenada, de todo o actual continente europeu.

Ponham-se na balança da análise e da crítica histórica todos os elementos que podem explicar êste fenómeno: — perda das colónias e concentração das fôrças morais do país no seu território continental; neutralidade durante a Grande Guerra; educação de um escol scientifico, literário e político fora de Espanha e sobretudo em escolas inglesas e alemãs; mutações profundas no govêrno político: — tudo quanto se veja e se queira. Sempre e de qualquer modo, ficará sem explicação que um ou outro factor, ou jôgo de factores económicos, psicológicos ou sociais, não tenha dado resultados diversos, e até opostos, aêques que estamos

vendo, admirando... e envejando. Sempre e de qualquer modo, a tôdas as perscrutações e conclusões da lógica humana resistirá algum resquício ou fracção da realidade visível; e por êsse hiato da razão entrará imediatamente a impressão da maravilha ou do milagre.

Aqui está um dos motivos por que não serve de nada copiar o procedimento social dos estranhos, e por que a mesma política pode ter, em nações semelhantes, e na mesma hora histórica, resultados muito diferentes.

A sociologia quer ser uma sciência, mas a verdade é que não o é ainda, e nada nos prova que o venha a ser alguma vez. Se êsse momento chegar (e como a tôdas as sciências acontece) ela tropeçará sempre, seja qual for a direcção que tome, naquela parede intransponível de dúvida, de interrogação ou de mistério, que, erguida à volta da curiosidade e da razão humana, as impede de ver ou penetrar a explicação final e total de tôdas as coisas.

¿ De que depende o futuro de Portugal? Da reforma da mentalidade e do carácter daqueles que teem qualquer parcela de colaboração ou responsabilidade na direcção do povo português. Reforma difficilissima porque, para que ela se dê, é indispensável que todos a queiramos; e, para a quereremos, não há receita política ou pedagógica susceptível de nos convencer em massa, e decisivamente.

Não sabemos se Portugal reviverá; sabemos, porém, que pode reviver, desde que se opere a grande reforma necessária. Essa reforma, creio que só pode vir da transformação em cidadãos activos, em propulsores de civismo executivo e prático (primeiro pequenino ou modesto e depois sucessivamente mais ambicioso e maior) de muitas pessoas que são como hoje somos quasi todos os portuguezes letrados ou pseudo-educados: parcelas e testemunhas chorosas, mas inertes, da falta de vontade de um povo alheado dos seus interesses mais vitais — de um povo que não conta consigo próprio para nada, e que tudo espera da graça ou da mercê do heroísmo, da sciência infusa, do poder genial, da protecção divina ou angélica de alguém que apareça para o conduzir e salvar.

¿ O milagre, para Portugal, será que Portugal chegue a convencer-se de que é êle próprio — e mais

ninguém — quem há-de tentar e consumir o seu milagre!

As vossas pedras fazem-me ou deixam-me sonhar que êsse prodígio se dará. Já velho para assistir a êle, resigno-me à esperança de que algum dia há-de operar-se.

Nesse dia as grandes e pequenas povoações portuguesas terão criado e desenvolvido em si, não, como até agora, caciques eleitorais, revolucionários contraproducentes, agentes do monopólio central do Governo, mas verdadeiros guias cívicos, mestres de acção colectiva pacífica, ordenada e criadora, professores de solidariedade vicinal e regional.

! Nesse dia uma cidade como esta de Guimarães — fidalga, activa e rica de possibilidades naturais — será aquilo que quer e deve ser: órgão ou membro vivo de uma nação viva, e não já o dormente satélite de uma futil, scéptica e absorvente capital!

Meus Senhores e Minhas Senhoras:

Tudo tem o seu fim neste mundo — até as conferências mais compridas. Esta, pelo menos, já acabou. E eu dou-vos, Senhoras e Senhores, os meus sinceros parabéns por isso — ao mesmo tempo que infinitamente vos agradeço a bondosa curiosidade com que quisestes ouvir-me, e a paciência evangélica, e para mim honrosíssima, que vos permitiu esperar até agora o tardio momento em que me calo.

AGOSTINHO DE CAMPOS.